CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Processo CEE nº 0877/65 (reautuado em 05.09.88)

Interessada : Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo

Assunto : Alteração dos Anexos 1 e 2 do Regimento, que tratam, respectivamente, do currículo pleno do Curso de Direito e dos seus Departamentos

Relator : Consº Eurico de Andrade Azevedo

Parecer CEE nº 1279/88 - aprovado em: 21.12.88 - Conselho Pleno

1. HISTÓRICO:

A direção da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo dirige-se a este Colegiado para solicitar alterações curriculares e departamentais do seu Curso de Direito, a serem introduzidas nos anexos 1 e 2 do Regimento, para vigência a partir do ano letivo de 1989.

A proposta foi aprovada pela Congregação, por unanimidade de votos, a reunião realizada em 7 de junho do corrente ano.

2. APRECIÇÃO:

As alterações pretendidas são as seguintes:

1. a disciplina "Direito Constitucional e noções de Teoria Geral do Estado, com carga horária de 104 horas anuais lecionada na 1ª série, desdobra-se em: a) "Teoria do Estado" e b) "Direito Constitucional", ambas com 104 horas anuais, ministradas, respectivamente, na 1ª e na 2ª série;

2. fusão das disciplinas "Direito Internacional Público", ministrada na 2ª série, com carga horária anual de 104 horas, e "Direito Internacional Privado", lecionada com idêntica carga horária, na 5ª série, em "Direito Internacional", a ser ministrada na 5ª série, com 104 horas anuais; e

3. redução da carga horária de Educação Física, que ficará restrita aos alunos da 1ª série, ao invés das cinco séries onde, hoje, é ela ministrada.

As justificativas apresentadas para as mudanças são como segue:

"Fundamentam-se as alterações do item nº 1 na questão relativa à dificuldade da ministração, em apenas um ano letivo, de disciplinas de relevante importância jurídica, o que, agora, será feito com carga horária mais folgada e, ainda, com a vantagem de que Direito Constitucional será lecionado a alunos que já trazem da 1ª série uma bagagem de conhecimentos específicos mais significativa, estando, portanto, mais preparado para compreenderem e incorporarem noções básicas do Direito Pátrio.

Com referencia à fusão das disciplinas "Direito Internacional Público" e "Direito Internacional Privado" em uma só cadeira, com a denominação de "Direito Internacional" é apenas questão de racionalidade didática, com vantagem para os alunos, que a esta altura do Curso - 5º ano, sua visão, com relação ao direito Internacional Público, é muito mais robusta e embasada em conhecimentos dos vários ramos do Direito.

Relativamente ao item nº 3, o fundamento essencial é a adequação da exigência legal à realidade sócio-econômica da sociedade brasileira hodierna, pois todos sabemos que a imensa maioria dos jovens e dos adultos que procura o Curso de Direito trabalha ou já tem posições definidas, restando, assim, um número restritíssimo daqueles que, de fato, estão obrigados, pela legislação vigente, à prática da Educação Física.

Esclarecemos, outrossim, que as disciplinas "Teoria do Estado", "Direito Constitucional" e "Direito Internacional" integrarão o Departamento de Direito do Estado e Direito Internacional e "Educação Física" o Departamento de Disciplinas Básicas.

O Regimento da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo foi aprovado pelo Parecer CEE nº 494/64 e alterado pelos Pareceres CEE nºs 354/65, 300/69, 399/77, 1847/80, 88/83, 2053/84, 802/87 a 1750/87.

O Curso de Direito é ministrado pela interessada nos períodos diurno e noturno, em 5 anos, com aulas de 50 minutos, atendendo, portanto, a Deliberação CEE nº 20/86.

A estrutura curricular proposta atende aos mínimos de conteúdo e duração fixados pela Resolução C.F.E. nº 3, de 25 de fevereiro de 1972.

3. CONCLUSÃO:

Aprovam-se as alterações dos anexos 1 e 2 do Regimento da Faculdade de Direito da São Bernardo do Campo, que tratam do Currículo Pleno do Curso de Direito e dos seus Departamentos.

Inclua-se, no que couber, a Deliberação-CFE nº 34/75.

São Paulo, 25 de outubro de 1988.

a) Cons^o Eurico de Andrade Azevedo

Relator

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara de Ensino do Terceiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale" em 21 de dezembro de 1988

a) Cons^o Jorge Nagle

Presidente